

**TRAÇANDO O PERFIL DAS MULHERES DA AGRICULTURA
FAMILIAR PRODUTORA DE CAFÉ ORGÂNICO NO MUNICÍPIO
DE POÇO FUNDO-MG**

**CHARACTERIZING THE PROFILE OF WOMEN FROM FAMILY
AGRICULTURE PRODUCING ORGANIC COFFEE IN THE POÇO
FUNDO-MG MUNICIPALITY**

Ana Rute do Vale

Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências da Natureza, Pós-graduação em Geografia
ana.vale@unifal-mg.edu.br

Jéssica Danielle Ferreira do Amaral

Universidade Federal de Alfenas, Instituto de Ciências da Natureza, Alfenas, MG, Brasil
jessicaferreiramara@gmail.com

Glaucione Raimundo

Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas, MG, Brasil
glaucionegeo2018@gmail.com

Resumo

Apesar das mudanças na sociedade, o papel das mulheres permanece pouco alterado na agricultura familiar e na divisão sexual do trabalho, cabendo a elas funções avaliadas pelos homens como mais leves (domésticas, o cuidar dos idosos e das crianças) e quando exercem trabalho agrícola, esse é concebido como “ajuda” aos homens. Na agricultura familiar produtora de café na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, a situação não é muito diferente. No entanto, a partir da criação da COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região), que possui uma lógica diferenciada de valorização dos membros da família e voltada para o sistema de produção orgânica, a situação das mulheres começa a se modificar, a partir de certificação do comércio justo, que gerou a criação MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Independência) e o “café feminino”. Esse trabalho se propôs a compreender o perfil das mulheres das propriedades rurais produtoras de café orgânico e cooperadas da COOPFAM, no município de Poço Fundo-MG. O acesso às decisões da cooperativa fez com que essas mulheres conhecessem seus direitos, buscando sua valorização também na unidade de produção familiar, embora a luta delas seja contínua.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Café orgânico. Mulheres. Trabalho. Terra.

Abstract

Despite the changes in society, the role of women remains little altered in family farming, both in the sexual division of labor, and their roles are assessed by men as lighter (domestic, caring for the elderly and children) and when working agricultural, it is conceived as a "help" to men. In coffee-producing family farming in the South / Southwest Minas mesoregion, the situation is not very different. However, since the creation of COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região), which has a differentiated logic of valuing family members and focused on the organic production system, the situation of women begins to change, from fair trade certification, which spawned the creation of MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Independência) and "women's coffee". This study aimed to understand the profile of women from COOPFAM's organic and cooperative coffee farms in the county of Poço Fundo-MG. The access to the cooperative's decisions made these women know their rights, seeking their valorization also in the family production unit, although their struggle is continuous.

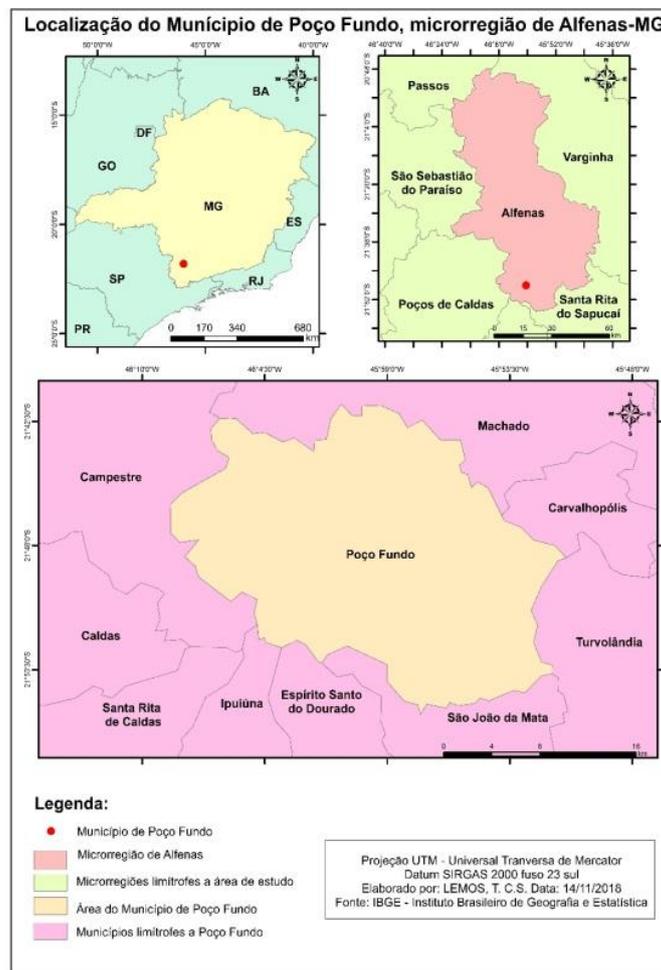
Keywords: Family farming. Organic coffee. Women. Work. Land.

Introdução

Cada vez mais a Geografia Agrária tem buscado se aprofundar em pesquisas sobre relações de gênero em espaços rurais, sobretudo ao que se refere ao trabalho das mulheres na agricultura familiar, procurando dar maior visibilidade a elas.

E é nesse sentido que caminha esse trabalho, que tem como foco as mulheres da cafeicultura agricultura familiar produtora de café orgânico, que vem crescendo na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas e alterando não apenas o sistema de produção, mas também a relação das famílias desses cafeicultores com a cooperativa. Nesse caso, estamos nos referindo à COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região), que vem se consolidando como a maior cooperativa de café orgânico do país, atuando no mercado interno e externo. O que a diferencia das demais cooperativas do mesmo ramo é que, além da produção orgânica, a criação do projeto MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Independência), que deu origem ao denominado "café feminino, vem chamando a atenção da sociedade, principalmente para o município de Poço Fundo-MG (figura 1), cuja realidade também se transformou a partir da constituição dessa cooperativa".

Figura 1: Mapa de localização do município de Poço Fundo-MG



Fonte: Base de Dados do IBGE (2018). Elaborado por Thaís de Cássia Silva Lemos.

Nesse contexto, esse trabalho se propôs a compreender o perfil das mulheres das propriedades rurais produtoras de café orgânico e cooperadas da COOPFAM, no município de Poço Fundo-MG.

Trata-se de parte do relatório final da pesquisa “Agricultura familiar e questão de gênero no sul de Minas: uma comparação entre cafeicultura convencional e orgânica” financiada pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), por meio do edital Demanda Universal (01/2016), que teve como procedimentos metodológicos, além do embasamento teórico, entrevistas com o presidente da COOPFAM (gestão 2016-18) e com 15 mulheres pertencentes às unidades de produção familiar de café orgânico, do município de Poço Fundo, indicadas pela cooperativa.

O trabalho estrutura-se a partir de uma discussão sobre a mulher no contexto da agricultura familiar brasileira, destacando o trabalho feminino e o direito à terra por parte dela. Em seguida, apresenta o processo de criação e consolidação do café feminino na COOPFAM e finaliza traçando o perfil das mulheres do café orgânico.

A mulher no contexto da agricultura familiar no Brasil: trabalho e terra

Existem diferentes formas de categorizar a agricultura familiar no Brasil. Nesse trabalho, no qual trataremos desse conceito perante a realidade dos cafeicultores, a agricultura familiar tem como característica o trabalho da família em atividades agrícolas em uma área, geralmente pequena, e nem sempre de propriedade legalmente dela, cuja economia “gera uma produção agroalimentar que é utilizada para o auto abastecimento (autoconsumo) mas também (e cada vez mais) para a comercialização” (SCHNEIDER e CASSOL, 2017, p. 91). Geralmente, além do café, essas famílias cultivam hortaliças, frutas, criam porcos, galinhas e gado leiteiro, para o autoconsumo.

Falar sobre as mulheres na agricultura familiar significa mostrar que, embora sua condição como membro da família possa ter se alterado, considerando a evolução de seu papel na sociedade, não raras vezes, seu trabalho na unidade de produção familiar, permanece sendo visto como secundário, uma vez que ainda recaem sobre elas as tarefas tidas pelos homens como “mais leves”. Nessa categoria, englobam-se as atividades domésticas, o cuidar dos filhos, idosos, hortas e animais de pequeno porte. No entanto, também participam do trabalho agrícola, no roçado, mas, nesse caso, ele é visto como “ajuda” aos homens da família. Ressalta-se que a “leveza” do trabalho feminino e o “peso” do masculino não tem nada a ver com a qualidade do esforço despendido pelo seu executor e sim com o sexo que o executa. Então, qualquer trabalho realizado pelo sexo feminino é 'leve', independentemente de ser “exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde” (PAULILO, 2004, p. 245).

Nesse sentido, torna-se importante desenvolver estudos rurais voltados para a família, mas não aqueles que destacam apenas o papel do chefe da família, deixando de lado o trabalho e a visão das esposas, filhas e filhos (NOBRE, 1998). O mais intrigante é que, embora a agricultura familiar no Brasil seja considerada como um tipo de empreendimento econômico, não existe a categoria profissional ‘trabalhador familiar’.

Nos dados estatísticos, o homem é representado como responsável pela exploração agrícola, enquanto que a esposa e os filhos são ‘membros não remunerados da família’, embora ninguém da família seja remunerado (PAULILO, 2004).

Existe, portanto, uma naturalização da divisão sexual (e por idade) do trabalho na agricultura familiar, na qual

[...] os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, tudo o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros). Nos estudos brasileiros sobre campesinato essa divisão se expressou na oposição entre casa e roçado. (NOBRE, 1998, p. 2).

Valoriza-se mais o trabalho masculino porque as atividades que exercem possuem maior valor agregado, enquanto que as atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas apenas uma extensão do trabalho doméstico (FARIA, 2009).

Essa desigualdade de gênero na agricultura familiar pode ser explicada pela forma como são criados filhos e filhas, no que se refere às funções que deverão exercer futuramente na propriedade rural. Assim, até 5 anos de idade, geralmente não há diferença entre ambos, mas a partir daí o menino passa acompanhar o pai nas lidas com a terra, enquanto a menina segue a mãe, aprendendo os afazeres domésticos. Além disso, o filho tem mais tempo de lazer, podendo participar de brincadeiras entre meninos e de saírem mais de casa, quando se torna moço, enquanto que a filha fica a maior parte do tempo com a família, não apenas pelo trabalho, mas também para preservar sua reputação. Quando ocorrem aprendizagens de homens e mulheres em “campos opostos”, isso é apenas uma forma de complementar o serviço do outro de cobrir uma ausência, jamais uma redivisão das tarefas de modo permanente, tão pouco o poder e o reconhecimento social das mulheres com relação aos homens (NOBRE, 1998).

Outra questão que se destaca nas relações de gênero na agricultura familiar brasileira é o direito à terra. Nos países onde não há um direito agrário separado do civil, como é o caso do Brasil, a partilha da propriedade rural é desigual para filhos e filhas, principalmente para aquelas que saem para trabalhar ou estudar, ou na transferência da gestão para o marido daquelas que se casam (PAULILO, 2004). Até mesmo no caso em que as mulheres são as herdeiras da terra, é comum serem excluídas das decisões, que

sempre são tomadas pelos maridos, sem contestações, embora algumas mulheres tenham consciência dessa realidade, e outras tantas ainda não (BRUMER e ANJOS, 2008; GOUVEIA, 2003).

A base técnica e social da cafeicultura no Sul de Minas é constituída a partir de

[...] numerosas e pequenas explorações familiares, fomentando uma economia local ativa, marcada pela multiplicação de agentes econômicos interligados (comerciantes, cooperativas, empresas de insumos) e a existência de um mercado de trabalho particularmente dinâmico. (SILVEIRA e MARQUES, 2009, p. 232-233).

Nessa situação, o papel atribuído às mulheres, na maioria das vezes, permanece secundário na produção cafeeira. Entretanto, isso é mais comum no sistema de produção de café convencional, que se baseia nos princípios da Revolução Verde, sendo esse tipo de agricultura tem como principais características: o atendimento a interesses econômicos de curto prazo; predomínio da monocultura; o solo é visto apenas como um substrato físico, um suporte da planta; a adubação é feita com fertilizantes altamente solúveis e as pragas e doenças são controladas por agrotóxicos (PEDINI, 2000). Com relação às mulheres, pesquisa realizadas por Leite (2015, p. 50), no bairro rural Mandassaia, no município de Alfenas-MG, mostrou que

[...] é o marido quem negocia a venda e administra o dinheiro, que volta para a produção da lavoura, e quando acontece de sobrar alguma coisa é usado para investir em maquinários próprios e não chega até a mulher para que ela receba alguma coisa, mesmo que mínima, por seu trabalho na lavoura, a esposa ainda não é considerada trabalhadora de valor monetário como um trabalhador contratado o é.

Por outro lado, vem crescendo na região a produção de café sistema orgânico, o qual difere do convencional tanto em suas características quanto na situação das mulheres no contexto familiar e na relação com as cooperativas. A agricultura no sistema orgânico busca atender a interesses econômicos, sobretudo os ecológicos e sociais autossustentados; o solo é visto como ser vivo (meio eminentemente biológico); o sistema é diversificado; a adubação é feita com rochas moídas e matéria orgânica; o controle de pragas e doenças por meio de nutrição equilibrada e adequada, com diversificação e consorciação, além de controles alternativos (PEDINI, 2000). Esse é o caso do café orgânico produzido pelos cooperados da COOPFAM, que a partir da criação do projeto

MOBI e do chamado “café feminino”, passaram a valorizar o trabalho das mulheres que, cada vez mais vem buscando também a equidade de gênero dentro da unidade de produção familiar (VALE et al, 2019).

Criação e consolidação do café feminino na COOPFAM

Para explicar como surgiu a ideia do café feminino na COOPFAM, é preciso, antes de tudo, compreender em que contexto histórico do município de Poço Fundo, a cooperativa foi criada. Essas informações foram obtidas, em entrevista com o então presidente da cooperativa, no período de realização dessa pesquisa (2017-2018).

Ele relatou que, antes do predomínio da cafeicultura, a partir da década de 1980, existia no município, uma agricultura de subsistência e uma voltada para a produção e comercialização de fumo, produzido de forma artesanal, mas que resultava em uma renda muito baixa para os produtores. Como resultado dessa situação, havia uma pobreza generalizada no campo, embora a população rural tenha permanecido maior que a urbana até o censo demográfico de 1980, se igualando a ela, em 1991 e passando a ser menor a partir de 2000 (tabela 1). De qualquer forma, se comparado a outros municípios da região, a população rural ainda é bem representativa em Poço Fundo.

Tabela 1 – População rural, urbana e total do município de Poço Fundo/MG

População	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Rural	8.547	67	7.067	57	6.906	50	6.734	44	6.678	42
Urbana	4.205	33	5.347	43	6.911	50	8.414	56	9.281	58
TOTAL	12.752	100	12.414	100	13.817	100	15.148	100	15.959	100

Fonte: SIDRA/ IBGE, 2010.

Havia, portanto, a necessidade de buscar alternativas econômicas para esses agricultores que pudessem modificar a realidade dos mesmos, o que passou a ser idealizado com o auxílio da igreja católica representada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), a partir de 1883, com a proposta de criação de uma organização de agricultores, em 1989, que se realizou com a fundação da Associação dos Pequenos Produtores da Comarca de Poço Fundo, em 1991. A partir daí, iniciaram parcerias com ONGs (Organização Não governamental) e estabeleceram um DRT (Diagnóstico Rural Participativo), em 1994, que é definido como

um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação [...]. (VERDEJO, 2006, p. 12).

Dessa forma, esse grupo decidiu que produziria café para nichos de mercado, entre eles, aquele voltado para o consumo de produtos orgânicos que, além da grande demanda no mercado internacional, muitos desses agricultores já tinham consciência ambiental com relação às suas práticas agrícolas (PEREIRA, 2017).

O próximo passo foi conseguir a certificação do café orgânico (1997) e, em seguida, a do *fair trade*, denominado comércio justo (1998), no qual a parceria comercial voltada para o comércio internacional deve buscar a equidade, tendo como base o diálogo, a transparência e o respeito, “contribuindo para o desenvolvimento sustentável por meio de melhores condições de troca e garantia dos direitos para produtores e trabalhadores à margem do mercado, principalmente no Hemisfério Sul” (SEBRAE NACIONAL, 2016). Dessa forma, foi possível iniciar as vendas no mercado externo, em 2001, mas que só se efetivaram em 2003, com a fundação da COOPFAM e toda sua estrutura para beneficiamento e comercialização (PEREIRA, 2017).

Ao longo desse tempo, a cooperativa tem passado por diversas transformações, relatadas em seu site: participação em eventos internacionais; obtenção de autorização para exportação (2005); aquisição de equipamentos para processamento de café (2007); construção de Unidade de Processamento Vegetal (torrefação/industrialização do café) (2009); extinção da Associação dos Pequenos Produtores e criação da marca do “Café Familiar da Terra” (2010), lançamento do projeto social Cadeia do Bem (2018); inauguração do novo armazém (2018) e da loja da cooperativa (2019). Todo esse processo contribuiu para que a COOPFAM seja reconhecida como uma cooperativa importante para a região, tendo como principal produto o café com várias linhas: café cru, orgânico, *fair trade*, tem cafés especiais e o café industrializado. Nesse último tipo existem 4 marcas diferentes: Café Familiar Orgânico (vendido para em mais de 12 países), Café Familiar Orgânico Feminino, Café Familiar Sustentável e o Café Sustentável Feminino. Ressalta-se que, no caso do café sustentável, embora ainda se faça a utilização de agrotóxicos, esse vem se diminuindo cada vez mais, alguns chegando até mesmo na fase de transição do convencional para o orgânico.

Nesse contexto, a origem da criação do “café feminino” pela COOPFAM está ligada às exigências do comércio justo, uma vez que busca a valorização do trabalho feminino por meio de dois de seus princípios: pagamento de um preço justo pelo trabalho dos produtores, sem desigualdades entre gêneros e compromisso de não discriminação, igualdade de gêneros e liberdade de associação (WORLD FAIR TRADE ORGANIZATION, 2018).

Para atender a esses ditames, a cooperativa criou o grupo MOBI, um projeto que abriu possibilidades de participação das mulheres na COOPFAM e na sociedade e, paulatinamente, tem contribuído para um maior empoderamento de suas cooperadas. Para a criação desse grupo, em 2005, a cooperativa estabeleceu parcerias com o Instituto Federal do Sul de Minas – Campus de Machado, que oferece a elas diversos cursos e seminários, e com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), entre outros e, a partir do MOBI, foi criado “café feminino”, que é hoje um dos carros chefes da produção da cooperativa. Vale et al. (2019), advertem que sua criação na COOPFAM ocorreu por meio de uma parceria com a empresa norte-americana Organic Products Trading Company (OPTCO), que também atua nesse mesmo tipo de programa em outros países da América Latina (Bolívia, Colômbia, Guatemala, México, Nicarágua e Peru) e na África (Ruanda e Sumatra). Segundo a referida empresa, esse é “um programa focado no gênero para apoiar a justiça social e o empoderamento das mulheres produtoras de café em todo o mundo”.

No caso da COOPFAM, as mulheres se tornam cooperadas, independente de seus maridos, também cooperados, embora dentro da mesma propriedade rural. Explicando melhor, um dos entrevistados afirma que

[...] tem um talhão dentro da propriedade que é dela. Tem que estar no nome dela, tem que estar todo legalizado. Um exemplo meu mesmo, a gente tem a escritura no nome meu e dela (*esposa*), está no nome de nós dois. Dentro da cooperativa, a escritura significa posse. Então, eu tenho posse e ela também. Na questão do café feminino, o Washington, (*funcionário da cooperativa*) que faz o mapeamento, ele vai lá e faz um mapeamento daquele talhão. Então, tem o meu talhão e o talhão da minha esposa. Se você vir no meu cadastro e pegar a minha pasta aqui na cooperativa, está a escritura e comprova a posse, mas no mapeamento só tem aquele talhão. E nela tem a mesma escritura que comprova pose, mas tem o mapeamento de outro talhão. (PEREIRA, 2017).

Por conta dessa participação feminina, sobretudo nos debates e discussões sobre

a cafeicultura orgânica, essas mulheres passaram a ocupar cargo nos quadros da diretoria da cooperativa. Todavia, uma das cooperadas, explicou que não foi tão fácil assim conquistar um espaço na cooperativa, dominado majoritariamente por homens, uma vez que não tinham direito de participar das reuniões dos núcleos da cooperativa. Esses núcleos estão localizados nos bairros rurais de Poço Fundo e de outros municípios do Sul de Minas e um no estado de São Paulo. Cada núcleo possui um líder que coordena as reuniões mensais e leva suas demandas para as reuniões também mensais com a diretoria da cooperativa. Dessa forma, a referida cooperada relatou que foi a partir das mulheres que se sentiram excluídas, “que começaram as conversas sobre a ideia de criar um grupo feminino organizado na cooperativa que, aos poucos elas foram conhecendo os seus direitos e sendo valorizado pela COOPFAM, passando, inclusive a ocupar cargos de liderança” (VALE et al, 2019, p. 364). Essa outra acrescenta ainda:

Antes do MOBI, as mulheres não podiam votar, não tinha nenhum cargo em liderança, o que aconteceu foi uma conquista do grupo de mulheres. Então, não foi uma iniciativa da cooperativa. E isso mudou hoje, porque a partir do momento, e já tá fazendo uns 8 anos mais ou menos, com a nova diretoria que começou a valorizar mais o MOBI, os trabalhos do MOBI, o café feminino, e hoje as mulheres cooperadas. (V. S.).

De acordo com os dados fornecidos pela cooperativa, em 2018, haviam 460 associados ativos, e desse total apenas 21% eram mulheres. Embora esse número ainda seja pouco representativo, o ex-presidente afirma que ele mostra um avanço na participação feminina, uma vez que, no início, elas eram apenas 5%. Ele disse acreditar que a mulher tem grande potencial para ocupar cargos importantes na cooperativa, considerando que na sua gestão (encerrada em 2018), sua vice-presidente era mulher e, ainda questiona: “porque não uma mulher assumindo a presidência da cooperativa? ”. Para ele, o MOBI tem um papel fundamental nesse processo, pois a partir dele, as mulheres estão reivindicando cada vez mais seus direitos, por se sentirem parte desse processo de construção da cooperativa (PEREIRA, 2017).

Perfil das mulheres do café orgânico

Conforme já mencionado, nas visitas feitas nas propriedades rurais produtoras de café orgânico, foi possível obter informações sobre as mesmas e os relatos e opiniões das mulheres para que possamos traçar o perfil dessas cafeicultoras.

De um modo geral, nessas propriedades predomina a mão de obra familiar (86%), sendo que quando essa é contratada, o trabalho é destinado, principalmente à colheita do café (37%) e ao plantio (36%) e, em menor porcentagem, aos tratos culturais (27%). Essa elevada participação do trabalho familiar, no caso do café orgânico, se reflete na participação dos membros da família nas decisões tomadas sobre a propriedade (atividades desenvolvidas, destino do dinheiro recebido com a venda da produção). Segundo os entrevistados, na maioria das vezes todos os membros discutem e decidem em conjunto (80%) ou, em menor proporção, o pai e a mãe (20%), e nunca somente o pai. Aparentemente, não há distinção entre os sexos nessa participação, o que nos leva a crer que as mulheres possuem voz ativa.

No entanto, é importante entendermos de que mulher estamos falando. Nesse trabalho tratamos do universo de 15 mulheres casadas, sendo que suas entrevistas ocorreram longe de seus esposos, para que as mulheres tivessem maior liberdade para se expressarem, já que, em alguns casos, a presença deles poderia constrangê-las. Todas são mães, possuindo, em média 2 filhos, nos dois sistemas de produção, sendo que a maioria delas possui filha mulher (60%). Consideramos importante esse dado para compreender se a educação dessas filhas está sendo voltada para a equidade de gênero.

Embora a maioria dessas mulheres tenham origem rural - algumas, inclusive, nasceram no mesmo bairro rural no qual residem - todas passaram a viver na propriedade familiar depois do casamento. Como, tradicionalmente, é o filho homem que recebe a herança dos pais para constituir família e levar adiante o sobrenome da família, a tendência é que sua esposa vá viver com ele na terra herdada. Nesse sentido, os dados mostram que a maior parte das propriedades foram adquiridas por meio de herança do marido (66,7%). Até mesmo no caso em que apareceu a condição de ocupante / cessionário, a mesma foi cedida pelo pai do marido para que o casal e seus filhos possam viver e produzir, o que significa que, futuramente, poderão herdar essa terra, mesmo que dividida com outros parentes do chefe da família (tabela 2).

Tabela 2 - Condição da propriedade na qual residem as mulheres da cafeicultura orgânica no município de Poço Fundo-MG (%)

CONDIÇÃO DA PROPRIEDADE TERRA	%
Herança do marido	66,7
Herança da mulher	-
Herança do marido e da mulher	-
Ocupante / Cessionário	13,3
Compra	13,3
Compra e herança	6,7
Total	100

Fonte: Trabalho de campo (junho a agosto/2018).

Para melhor compreendermos identificarmos essas mulheres, analisamos a faixa etária delas e descobrimos que a grande maioria está entre 30 e 49 anos (80%). Provavelmente, isso se explica pelo fato de que o sistema orgânico foi adotado mais recentemente no Sul de Minas (início dos anos 2000) e vem atraindo cafeicultores mais jovens (tabela 3).

Tabela 3 - Faixa etária das mulheres da cafeicultura do sistema orgânico no município de Poço Fundo-MG (%)

Faixa etária (anos)	(%)
30-39	40
40-49	40
50-59	13
60-69	7
Total	100

Fonte: Trabalho de campo (junho a agosto/2018).

Considerando o fato de viverem da atividade agrícola, os níveis de escolaridade dessas mulheres mostram que geralmente casaram-se cedo e abandonaram os estudos para cuidar da família e da roça. Praticamente a metade delas concluiu apenas o ensino fundamental I (53,2%), vindo em seguida aquelas que concluíram o ensino médio (26,7%) e, por fim, o ensino fundamental II, o superior incompleto e o superior (todos com 6,7%) (tabela 4). Vale ressaltar que, a mulher que não terminou o curso superior, cursava vigilância sanitária, quando morava numa cidade no interior de São Paulo, mas precisou abandoná-lo por questões particulares e a outra que concluiu o curso de Pedagogia, relatou que já atuou no magistério, mas que no momento da entrevista estava dedicando-se mais aos afazeres domésticos e aos cuidados de sua filha de 8 meses.

Tabela 4 - Nível de escolaridade das mulheres da cafeicultura do sistema orgânico no município de Poço Fundo-MG (%)

Nível de escolaridade	(%)
Ensino Fundamental I	53,2
Ensino Fundamental II	6,7
Ensino Médio	26,7
Ensino Superior	6,7
Ensino Superior Incompleto	6,7
Total	100

Fonte: Trabalho de campo (junho a agosto/2018).

Dentre os motivos para o abandono da escola, apontados por elas, estão: falta de transporte escolar, entre a zona rural e a cidade, pós-término do ensino fundamental, ofertado pelas escolas rurais; dificuldades financeiras das famílias, geralmente numerosas e necessidade de auxiliar os pais em atividades agrícolas. Esses problemas aparecem no relato de uma das mulheres entrevistadas:

Era difícil porque tinha que ir pra cidade. Meu pai tinha 14 filhos. Na época, o povo criava aquele monte de filho, e então era uma coisa muito, muito difícil. Imagina um ou outro querendo estudar, dar estudo pra todo mundo não tinha como, né? Era muito difícil, e nós morava bem assim, lá no alto da serra mesmo sabe, então era muito difícil o acesso à cidade, né? (V. C.).

Dessa forma, é natural que a maioria delas tenha respondido que gostaria de ter tido oportunidade de continuar seus estudos, pois, além dos problemas relatados anteriormente, também se casaram cedo e seguiram o marido na atividade agrícola, tiveram filhos e deixaram esse sonho para trás. Entretanto, algumas dessas mulheres, por conta de sua participação na COOPFAM, pretendem retomar os estudos, sobretudo, nas áreas de conhecimento voltada às ciências agrárias, com curso técnico agrícola ou agronomia porque, segundo uma delas, porque “é vinculado com o trabalho que a gente já faz, então acho que facilitaria por mais que a gente tá na roça as coisas tá ali, tá muito rápido. Ter o conhecimento e não precisar buscar informação fora seria muito bom” (D. F.). Algumas também se referiram aos cursos oferecidos pela cooperativa, que também tem sido uma forma de adquirir conhecimento formal, o que as leva a pensar que poderiam substituir um curso superior.

[...] estou sempre fazendo curso que é voltado para a agricultura, de agroecologia. Eu gosto muito de aprender, um curso superior não sei se faz parte dos meus planos agora, eu gosto muito de aprender, gosto de estar

aprendendo. Agora acho que é colocar em prática o que eu aprendi. Eu tenho um sonho de transformar a propriedade, fazer com que o sítio seja agroecológico, pois ainda ele não é todo, é metade dele que é orgânico. (V. S.).

Sobre as atividades que desenvolvem na propriedade familiar, os relatos demonstraram que elas estão envolvidas na produção de café, desde plantio e colheita, passando pelo terreiro de secagem, até à administração, como é o caso dessa agricultora:

De tudo: planejamento, administração, passo e-mail. Não gosto muito mas encaro. É... capino, adubo, é... Não trabalho com roçadeira porque eu sou muito “8 ou 80”, então eu acho que não vai ser pra mim. Não trabalho com bomba braçal de café, então são os dois trabalhos que eu não faço. O resto eu faço tudo desbroto, colho, capino, planto, colho milho, colho café, o que precisar. (R. P.).

Mesmo no caso daquelas que relataram que diminuíram sua atuação no trabalho no café, por conta de problemas de saúde, ela não foi excluída completamente e esse é um exemplo:

Em todas, todas (*atividades*)! No café, não existi coisa que eu não faça! Antes eu ia pra lavoura mesmo sabe, antes, só que depois de um certo tempo agora, de uns 3 anos pra cá eu tive um problema na coluna, aí eu fico no serviço mais maneiro que é secador, terreiro, tem o serviço de casa, então. (V. S.).

No entanto, embora algumas entrevistadas tenham utilizado a palavra trabalho, muitas identificaram seus serviços como ajuda, ou como atividade de menos impacto ou valor, como nesse relato: “[...] ele (marido) faz a parte de jogar adubo essas coisas assim, e eu fico mais no terreiro, ajudando na secagem do café, quando é preciso na apanha de café eu também vou ajudar” (A. C.). E nesse outro:

Eu ajudo de tudo um pouco, em todas as áreas eu tento está presente, só não estou presente agora na parte da colheita, pelo bebê, mas eu ajudo na parte da colheita também, ajudo no terreiro de café, em secagem no secador, agora na parte de feira de verduras eu ajudo em tudo em colheita, preparar a carga pra sair, na área de vendas, eu tô na área de vendas, em todo o processo. (F. G.).

Com relação a valorização de seu trabalho na unidade de produção familiar por parte dos demais membros da família, todas acreditam que sim, considerando que com sua ausência a casa deixaria de ser tão bem cuidada, bem como sua atuação nas atividades agrícolas. Além disso, algumas delas acreditam que passaram a ser mais valorizadas a

partir da criação da COOPFAM e, conseqüentemente do MOBI e do “café feminino”, como pode ser observado nessas falas:

Hoje com a COOPFAM, sim (*se sente valorizada*). Antes eu não via muito não, meu trabalho como mulher eu não. Aqui no município tem muitas mulheres que trabalham, só que se você vende, e o café é vendido no nome do esposo, não é visto como dois trabalhos, como ocorre na cidade, a COOPFAM, mostrou que são duas rendas. (D. F.).

Ah acho! Eu acho que é cada um ali com as suas funções, eu acho que... é nos dias de hoje eu acho que a cabeça do homem mudou um pouco né! Há um tempo atrás não, mulher não era muito valorizada, ela era, mas eu acho que a partir de um tempo pra cá, eles foi tendo uma outra mentalidade. Ajuda muito, a COOPFAM, ela nos proporciona muito ali, a parte, eu acho de recursos humanos. As pessoas aprendem muito a trabalhar a lidar com pessoas né! E acho, que a partir do momento que você passa a fazer parte, trabalhar, atuar ali, a pessoa tem a visão mais ampla de tudo, passa a visualizar as coisas de maneira diferente. (J. A.).

Nessa mesma direção, segue a crença dela na valorização de seu trabalho pela cooperativa. Uma das entrevistadas, que é coordenadora do MOBI e de um dos núcleos da COOPFAM, acredita

[...] que existe a valorização sim, se não, não teria o interesse da cooperativa em realizar um trabalho com as mulheres. Até, então, tem uma mulher na vice-presidência, tem duas mulheres que são diretoras. Não, antes era só os homens que participavam, tinha umas mulheres que ia com os maridos nas assembleias, mas elas iam só para escutar, não poderia opinar em nada. Sim, as mulheres começaram a se tornarem cooperadas, participar das assembleias, das decisões. (M. M.).

Ainda teve outra cooperada que destacou também da importância da socialização que passaram a ter a partir da COOPFAM e do MOBI.

Criamos muitas amizades, e a partir das amizades vamos aprendendo novas coisas. Ficamos até desentregada, pois damos bastante entrevistas, muitas não gostam... Mas quando mais você participa mais você se envolve na cooperativa, e você estando envolvida você sabe tudo que está acontecendo dentro da cooperativa. Não adianta nada você ser um cooperado da cooperativa e não saber nem o que está acontecendo. Por isso, acho importante a participação de todos, homens mulheres, pois cada coisa que tem ali se você não for você está perdendo e isso além de envolver a gente nós cooperados na cooperativa teremos assim mais transparência. (S. D.).

Um das cooperadas, que também participava da diretoria da COOPFAM, na época da pesquisa, destacou a transformação de sua vida, a partir do MOBI:

Ah, mudou muito! Depois do MOBI, que eu fui conhecer a COOPFAM. Meu marido era cooperado há muitos anos, mas eu não conhecia, não participava de nada. Eu era alheia, não sabia nada de café. Não participava de nada. Depois do MOBI, comecei a participar, depois pelo próprio grupo fui indicada para diretoria, e estou na diretoria graças ao grupo MOBI. Devo muito ao grupo e pretendo sempre ajudar com o grupo, independente de eu estar na diretoria ou não. Na verdade, esse trabalho na diretoria, não vou falar que ele me afastou do MOBI, mas precisa dedicar um tempo a mais, exige mais tempo da gente, e me fez não dedicar tanto o MOBI. Tinha reuniões, algumas coisas para resolver que era no dia na reunião do MOBI, então não dava para eu ir. Planejamento desse ano que era muito importante para esse ano de 2018, eu não estava, pois estava ocupada resolvendo questões da diretoria. Mas dá para ir dividindo o pouquinho (*do tempo*). (V. S.).

Vale ressaltar, no entanto, que embora todas mulheres entrevistadas sejam cooperadas, apenas pouco mais que a metade delas participam do MOBI (53,3%), mesmo não descartando sua importância e vantagens na participação, com relação ao crescimento pessoal das mulheres, a união entre elas, a identificação dos problemas e a conquista da autonomia. Os motivos para não participação está ligado, principalmente à falta de tempo por causa do trabalho na propriedade e dos filhos pequenos que demandam cuidados constantes.

Todas as mulheres da pesquisa pretendem permanecer vivendo no campo, o que representa um fator positivo para agricultura familiar. Segundo elas, o principal motivo é transição que fizeram do café convencional para o orgânico, o qual tem um valor maior na saca comercializada, permitiu que passassem a produzir também alimentos livres de agrotóxicos, contribuindo para uma vida mais saudável de suas famílias.

[...] Tudo o que você planta, você colhe. Agora, principalmente, que a agricultura é voltada para a orgânica e você sabe que é um produto de qualidade e causa o mínimo de impacto possível no meio ambiente, para a saúde da gente, pois você está na lavoura todo dia. Eu acho que para gente é muito bom, você produzir o orgânico está dando certo e ainda está sustentando a família. (D. F.).

Essas mulheres, inclusive, acreditam que seus filhos darão continuidade ao trabalho agrícola na propriedade familiar, principalmente os filhos homens, porque o sistema de produção que adotam tem garantido que eles acreditem mais na agricultura.

O orgânico incentivou bastante. Meu menino está todo interessadinho, que nem faculdade está querendo fazer. Eu falei que é pra fazer pelo menos um (curso) técnico, para cuidar da propriedade. Mas eu acho que vai continuar sim e o incentivo é pelo o orgânico. E desde pequeno já começa fazer as contas, vê o valor, agrega valor no orgânico. (S. P.).

Esse quadro mostra, no entanto, que muitas dessas mulheres continuam acreditando que as funções de homens e mulheres na propriedade familiar devem continuar sendo as tradicionais, o que muda é o fato de que acreditam que as filhas deverão estudar para ter sua independência financeira, o que, conseqüentemente as farão abandonar o campo e se inserir no mercado de trabalho urbano. Enquanto, o filho homem assumirá a propriedade da família, como se viu no relato anterior. Uma das entrevistadas, inclusive, defendeu que não se trata de questão de gênero, mas de afinidade, ou seja, a filha diz que quer estudar e certamente irá para a cidade, enquanto que o filho, desde cedo, diz que quer seguir os passos do pai.

Considerações finais

Considerando o contexto da agricultura familiar produtora de café no Sul de Minas percebe-se que, como em todos os setores da sociedade, o patriarcado permanece dominando, embora a luta das mulheres por equidade de gênero seja constante, sobretudo nas propriedades que fizeram a transição do café convencional para o orgânico, sobretudo porque, em geral, as mulheres vem se tornando protagonistas desse processo por conta do “café feminino”.

Esse foi o caso da COOPFAM que, apesar de ter criado o MOBI e o “café feminino”, por conta da certificação fair trade, que exige que para que o comércio seja realmente justo, deve existir igualdade de gênero, acabou por permitir que as mulheres cooperadas passassem a ser ouvidas. E a fala delas foi registrada nesse trabalho, de modo que permitisse traçar o perfil delas.

Tratam-se de mulheres casadas, mães e adultas (acimas dos 30 anos), que vivem, em sua maioria na propriedade familiar, herdado dos maridos, mostrando que ainda é o homem que herda a terra e/ou compra de outros herdeiros da família, para trabalhar na agricultura, enquanto suas irmãs ou migram para a cidade ou se casam com outros proprietários rurais e vão viver na terra deles, com fizeram suas esposas.

Pelo fato viverem no campo, trabalhando com a família, tiveram que abandonar os estudos – mais da metade até o ensino fundamental I -, mas gostariam de terem continuado. E isso é o que algumas delas sonha em fazer depois que passaram a participar, de cursos, palestras, viagens, proporcionadas pela COOPFAM, por causa do sucesso do “café feminino” que, inclusive, tem lhes rendido prêmios.

Todas exercem a tripla jornada de trabalho: casa, quintal e roçado. Mesmo para aquelas mais velhas que relataram que já não atuam mais no roçado, o trabalho na secagem de café ainda permanece. Mesmo assim, a maioria delas ainda reconhece o trabalho agrícola como “ajuda” ao marido e filhos homens, ou seja, mesmo que tenha um talhão de café próprio na propriedade e que comercialize sua produção separadamente, nem sempre se reconhece como produtora rural.

Ainda assim, dizem se sentir valorizada pela família, mas por conta dos afazeres domésticos e dos cuidados com os membros da família. Essas atividades, aliás, que algumas delas dizem tentar dividir com os homens da família, mas o êxito tem sido maior com os filhos do que com os maridos. Isso se explica pela educação recebida por eles, o que deveria ser modificado por essas mulheres, buscando a tal equidade de gênero. No entanto, parece que nada é tão simples assim. Essa divisão sexual do trabalho está tão arraigada no meio rural, que uma mulher dentre as entrevistadas acredita que ela ocorra por afinidade, ou seja, o menino tem afinidade com o trabalho do pai e a menina com a da mãe. O que vem mudando é que essas mães acabam incentivando as filhas a estudarem e, conseqüentemente adentrarem ao mercado urbano, o que, fatalmente, perpetuará a ideia de que o filho homem será o responsável pela sucessão geracional. Na verdade, elas acreditam que as filhas precisam ter independência financeira, o que é mais difícil no meio rural, uma vez que, no caso delas, mesmo recebendo pela produção de seu talhão de café, o dinheiro é da família, não necessariamente apenas dela. Aliás, algumas acreditam que seria egoísmo se decidisse sozinha sobre o destino desse, até porque quem entende de negócios, segundo elas, ainda é o marido.

Dessa forma, apesar da participação delas na COOPFAM e da possibilidade de terem conhecido melhor seus direitos, esse é um processo em construção. Na medida em que perceberem que sem elas não existe “café feminino” – que se tornou uma estratégia de *marketing* para a cooperativa -, também perceberão a força que possuem no espaço rural, na cafeicultura e na sociedade como um todo.

Agradecimento

À FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

REFERÊNCIAS

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, Jan.-jun./2008, p. 6-17

DA ASSOCIAÇÃO À CADEIA DO BEM. Uma história feita de gente, trabalho e superação. **COOMPfam Institucional**. Disponível em: <https://coopfam.com.br/institucional/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In*: **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. DI SABBATO A.; MELO, H. P.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO, A. (org.). Brasília: MDA, 2009, p. 11-28. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204232-487363-lt_Estatsticas_Rurais_e_-2443273.pdf. Acesso em 22 jul. 2019.

GOUVEIA, T. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras. *In*: **Observatório da Cidadania: População pobre versus mercado**. Rio de Janeiro: Ibase, 2003. p. 44-49. Disponível em: http://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroa2003_bra.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

LEITE, J. R. S. **Mulheres do bairro rural Mandassaia: análise da evolução da mão de obra feminina na agricultura familiar**. 2015 Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia bacharelado) - Universidade Federal de Alfenas, 2015.

NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. *In*: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, S.; MENASCHE, R. (org.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF, 1998. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2019.

ORGANIC PRODUCTS TRADING COMPANY. **Café feminino**. Disponível em: <https://www.cafefemenino.com/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v.12, n.1, 2004, p.229-252.

PEDINI, S. Apostila de cafeicultura orgânica. **Revista Cafeicultura**. 12/12/2005.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *In*: DELGADO, Guilherme C.; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e**

perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 82-109. Disponível em:
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf. Acesso em: 07 mar. 2019.

SEBRAE. **O que é Fair Trade (Comércio Justo)**. 07/01/2016. Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-fair-trade-comercio-justo,82d8d1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em 25 maio. 2019.

SILVEIRA, M. A.; MARQUES, P. E. M. Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais. In: AZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 229-250. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/08/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.

VALE A. R.; ARAUJO, L. A.; AMARAL; J. D. F.; LEMOS, T. C. S.; COSTA, T. M. M.; RAIMUNDO, G. A questão de gênero na agricultura familiar no Sul de Minas: buscando comparações entre os sistemas de produção de café convencional e orgânico. In: ALVES, F. D.; AZEVEDO, S. C.; COCA, E. L. F.; VALE A. R. (org.). **A dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas MG: Universidade Federal de Alfenas, 2019. Disponível em: <http://www.unifal.br/bibliotecas/ebooks>. Acesso em: 19 out. 2019.

VERDEJO, M. E. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Secretaria da Agricultura familiar. Diagnóstico Rural Participativo. Brasília, 2006. Disponível em:
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Guia_DRP_Parte_1.pdf. Acesso em: 24 maio. 2019.

WORLD FAIR TRADE ORGANIZATION. **A Carta Do Comércio Justo**. 25 de set. de 2018. Disponível em:
https://wfto.com/sites/default/files/2018_FTCharter_Portuguese_SCREEN.pdf. Acesso em 27 dez. 2019.

Recebido em 31/12/2019. Aceito para publicação em 23/04/2020.
--